



PROGRAMA ESPECIAL DE PARCELAMENTO - PEP

Abril de 2013



1. Considerações Iniciais

- Legislação
 - i. Convênio ICMS 108/12
 - ii. Decreto nº 58.811/12
 - iii. Resolução Conjunta SF/PGE nº 01/13
- Aplicável a fatos geradores ocorridos até 31/07/2012
- Prazo para adesão 01/03/2013 a 31/05/2013



2. Decreto nº 58.811/12:

- Art. 5º:

*“Artigo 5º - O **parcelamento ou pagamento em parcela única** nos termos deste decreto implica:*

*I - **confissão irrevogável e irretratável do débito fiscal;***

*II - expressa **renúncia** a qualquer **defesa ou recurso administrativo** ou judicial, bem como **desistência** dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos.”*

- Art. 4º, § 4º:

*“§ 4º - A **adesão ao programa não implica, necessariamente, celebração do parcelamento**, nos termos do inciso I do artigo 6º.”*

- Art. 6º, parágrafo único

*“Parágrafo único - O **rompimento do parcelamento celebrado** nos termos deste decreto:*

2 - acarretará:

*a) em se tratando de **débito não inscrito na dívida ativa, a inscrição e o ajuizamento da execução fiscal;**”*



3. Efeitos no Processo Administrativo Fiscal

3.1. Processos com recurso pendente da Fazenda Pública Estadual

- o parcelamento ou pagamento em parcela única implica em renúncia e desistência no PAF **do contribuinte**, mas **não da Fazenda Pública Estadual**
- na situação de AIIIMs:
 - i. dentro do prazo para interposição de recurso da Fazenda Pública Estadual;
 - ii. com recurso da Fazenda Pública Estadual interposto, mas pendente de análise de admissibilidade;
 - iii. com recurso da Fazenda Pública Estadual interposto e processado, mas pendente de julgamento;
- os cálculos para fins do PEP incidem sobre os créditos tributários **originalmente** exigidos pelo Fisco no AIIIM



3. Efeitos no Processo Administrativo Fiscal

3.2. Parcelamento ou pagamento em parcela única de itens do AIIM

- o parcelamento ou pagamento em parcela única de itens do AIIM não aproveitam os demais itens do AIIM
- o contencioso administrativo tributário seguirá seu curso normal em relação aos itens não pagos ou parcelados
- o pagamento deverá ser certificado pelo Fisco para extinção do processo – art. 88 da Lei 13.457/09
- o recolhimento efetuado, integral ou parcial, embora autorizado pelo fisco, **não importa em presunção de correção dos cálculos efetuados**, ficando resguardado o **direito do fisco de exigir eventuais diferenças apuradas posteriormente** - § 3º, art. 5º, do Decreto 58.811/12



3. Efeitos no Processo Administrativo Fiscal

3.3. Competência

- O Presidente do TIT é competente para declarar o exaurimento do contencioso administrativo
- O Presidente do TIT não é a autoridade competente para declarar a liquidação do débito fiscal decorrente de AIIM
- A competência para declarar a liquidação do débito fiscal não inscrito é do Delegado Regional Tributário
- Art. 8º, da Resolução Conjunta SF/PGE nº 01/13:

*“Artigo 8º - São competentes para declarar a **liquidação do débito fiscal**, nos termos desta resolução:*

*I - o **Delegado Regional Tributário**, podendo delegar, quando se tratar de débito fiscal não inscrito em Dívida Ativa;”*



F I M